



### ANEXO III DO PARECER ÚNICO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	10040000141/19	02/04/2019 13:43:03	NUCLEO POÇOS DE CALDAS

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00341831-6 / JESUS VITORINO		2.2 CPF/CNPJ: 537.294.476-53	
2.3 Endereço: SITIO CONGONHAL, 0		2.4 Bairro: CAPINZAL (ZONA RURAL)	
2.5 Município: TURVOLANDIA		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 37.496-00
2.8 Telefone(s): (35) 9871-2017		2.9 E-mail:	

#### 3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00341831-6 / JESUS VITORINO		3.2 CPF/CNPJ: 537.294.476-53	
3.3 Endereço: SITIO CONGONHAL, 0		3.4 Bairro: CAPINZAL (ZONA RURAL)	
3.5 Município: TURVOLANDIA		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 37.496-00
3.8 Telefone(s): (35) 9871-2017		3.9 E-mail:	

#### 4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Congonhal Ou Santa Luzia		4.2 Área Total (ha): 8,4700	
4.3 Município/Distrito: TURVOLANDIA		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 10790		Livro:	Folha: Comarca: SILVIANOPOLIS
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6):	Datum:	
	Y(7):	Fuso:	

#### 5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica:	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está ( ) não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ); da flora: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ) (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza ( ) não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 8,32% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)

<b>5.9 Regularização da Reserva Legal – RL</b>				
<b>5.10 Área de Preservação Permanente (APP)</b>				<b>Área (ha)</b>
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				0,8800
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		0,7729
		Outro: benfeitorias		0,1974
<b>6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>Tipo de Intervenção REQUERIDA</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0700	ha
<b>Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0700	ha
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>7.1 Bioma/Transição entre biomas</b>				<b>Área (ha)</b>
Mata Atlântica				0,0700
<b>7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias</b>				<b>Área (ha)</b>
Outro - barramento				0,0700
<b>8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>8.1 Tipo de Intervenção</b>	<b>Datum</b>	<b>Fuso</b>	<b>Coordenada Plana (UTM)</b>	
			<b>X(6)</b>	<b>Y(7)</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação n	SIRGAS 2000	23K	414.530	7.573.155
<b>9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
<b>9.1 Uso proposto</b>	<b>Especificação</b>			<b>Área (ha)</b>
Nativa - sem exploração econômica				0,8800
Infra-estrutura	benfeitorias e barramento			0,2674
Agricultura				7,3226
<b>Total</b>				<b>8,4700</b>
<b>10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>10.1 Produto/Subproduto</b>	<b>Especificação</b>	<b>Qtde</b>	<b>Unidade</b>	
<b>10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)</b>				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno ( tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):			(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Muito baixa.

**12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**

1. Histórico:

- Data da formalização: 29/03/2019
- Data de pedido de informação complementar: 09/05/2019
- Data de entrega de informação complementar: 14/06/2019
- Data da emissão do parecer técnico: 24/06/2019

A intervenção requerida foi realizada sem a devida licença ambiental e foi objeto de autuação pela polícia militar, descrito no AI 180013/2018. O requerente entra com a solicitação de DAIA para regularizar e desembargar a área de intervenção.

2. Objetivo:

É objeto deste parecer analisar a solicitação de DAIA com vista a intervenção em 0,7 ha em Área de Preservação Permanente de córrego sem nome para regularizar e permitir a reforma de talude de barramento em Área de Preservação Permanente.

3. Caracterização do empreendimento:

O imóvel denominado Congonhal ou Santa Luzia é propriedade do Sr. Jesus Vitorino, localizado no Município de Turvolândia-MG, e possui uma área total de 8,47 ha, equivalente a 0,2832 módulos fiscais.

Trata-se de propriedade de topografia com solo LVAd-1 Latossolo Vermelho Amarelo distrófico, em relevo moderado, coberto por cultura de milho, pastagens, plantio de hortaliças e Floresta Estacional Semidecidual em estágio inicial, médio e avançado de regeneração, estando situado na micro bacia do Rio Dourado, bacia do Rio Grande, na Unidade de Planejamento e Gestão dos recursos Hídricos do Rio Sapucaí – GD5.

3.4 Cadastro Ambiental Rural e Reserva Legal:

A propriedade possui Reserva Florestal Legal de 0,88 ha em Floresta Estacional Semidecidual em estágio avançado, médio e inicial de regeneração, perfazendo 10,38% da área total da propriedade.

Junto ao processo foi apresentada a inscrição no CAR MG-3169802-874E96AF89884121A515A374E0ABE860, em nome da propriedade Sítio Congonhal. No referido CAR foi descrito uma área total de 9,3610 ha, discriminando 8,40 ha de área consolidada, 0,88 ha de remanescente florestal nativo e reserva legal, com 1,8503 ha de Área de Preservação Permanente.

Consta uma averbação (Av02/Mat.10.790 – CRI de Silvianópolis-MG) na matrícula do imóvel de uma proposta de reserva legal de 1,7994 ha, ou seja, 21,24% do imóvel, que não foi protocolada e/ou aprovada pelo IEF, não certificando assim a área como a reserva legal do imóvel.

4. Da Autorização para Intervenção Ambiental:

Segundo informações relatadas pelo proprietário em vistoria o açude onde pretende regularizar a intervenção em área de preservação permanente existe a mais de trinta anos, desde a aquisição do imóvel pelo mesmo.

Em análise, comparando a sequência de imagens do Google Earth, pode-se averiguar que o marco temporal mais antigo é de 21 de novembro de 2011 e nele consta o barramento no mesmo local e dimensões do marco mais recente de 07 de setembro de 2018.

Em meados de setembro de 2013 o barramento estourou e o proprietário utilizou maquinário para manutenção do talude do açude. Ato que gerou denúncia e fiscalização da polícia ambiental na data de 11 setembro de 2013 onde foi lavrado o AI 180013/20123 enquadrando o proprietário no código 305 da lei 44844/2008.

Na data de 03 de dezembro de 2014 foi acordado com a promotoria da comarca de Silvianópolis-MG, entre outras coisas, a regularização da intervenção e a averbação da reserva legal da propriedade.

O processo foi suspenso e o proprietário utilizou-se do barramento até que no início deste ano de 2019 houve nova ruptura e o requerente entrou com o processo de regularização.

Não foi apresentado outorga de direito de uso de águas, sendo informado em vistoria que o proprietário possui um certificado de uso insignificante de recursos hídricos para captação e um para barramento que estaria em nome do filho do proprietário.

Atualmente o barramento está com o talude rompido e sem acumulação de água, a reforma do açude é necessária para a regularização e captação de água para irrigação da lavoura da propriedade e dessedentação animal.

O local ora passível de autuação e que busca a regularização através da emissão de DAIA fica nas coordenadas geográficas UTM (Datum SIRGAS 2000; Fuso 23K; Meridiano 45°):

(X) 414530.92 m E e (Y) 7573155.56 m S

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

A propriedade em questão:

- Segundo o ZEE-MG, é uma área de prioridade muito baixa de conservação;
- Segundo o ZEE-MG, está inserida em uma área de vulnerabilidade natural Muito Baixa.
- Não está localizada na área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Não está inserida ou em zona de amortecimento de Unidade de Conservação;
- Não está em área prioritária para conservação de biodiversidades;

Conforme a DN 217/17, o empreendimento é dispensado de licenciamento ambiental segundo o enquadramento na atividade G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris exceto horticultura, por possuir apenas 2,9552 ha de milho e 3,6180 ha de pastagens, ficando abaixo do parâmetro mínimo de 200 ha de área útil de cultivo.

#### 4.2 Da Vistoria realizada:

Foi realizada vistoria na data 02 de maio de 2019, onde constatou-se que o barramento está rompido, sem acumulação de água.

Foi isolada através de cerca de arame farpado uma área próxima a área de mata da propriedade e ao longo de toda a Área de Preservação Permanente, no local demarcado como proposta de reserva legal na matrícula sem a certificação do IEF.

A propriedade é de pequeno porte, baseada na agricultura familiar com plantio de milho e bovinocultura.

#### 4.3 Da alternativa locacional:

A propriedade é toda como um vale, em que o recurso hídrico escoa pela cota mais baixa, não existindo outra alternativa de acumulação fora de Área de Preservação Permanente.

Além do que a intervenção ocorreu a muito tempo, tratando-se apenas de uma regularização de uma atividade já instalada.

#### 4.4 Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras:

Não há de se falar de possíveis impactos ambientais, visto que a intervenção já foi realizada.

Os impactos gerados por barramento de curso d'água são a inundação de áreas de preservação permanente, mudança de regime do recurso hídrico de lótico para lêntico podendo acarretar alterações físico-químicas que alterariam o ecossistema local.

Devido a pequena área de intervenção esses impactos são considerados de baixa magnitude, visto que a área de preservação permanente no local de intervenção estava coberta por gramíneas e vegetação arbustiva que poderiam causar a acidificação da água quando não ocorre a retirada prévia em escala adequada, além de ser baixa e pontual a alteração do regime hídrico.

#### 5. Medidas compensatórias:

Como compensação, o requerente apresentou PTRF considerando a intervenção como 0,006 ha, e após informações complementares, retificou para a intervenção em 0,07 ha, porém alocou parte da compensação fora da Área de Preservação Permanente.

Portanto a equipe técnica sugeriu e foi acatado pelo proprietário a recuperação de uma área equivalente a 700 m<sup>2</sup> ou 0,07 ha em Área de Preservação Permanente no interior da propriedade, com o plantio de 78 mudas nativas características da região, em espaçamento 3 x 3 metros nas coordenadas geográficas UTM (Datum SIRGAS 2000; Fuso 23K; Meridiano 45°):

(X) 414550.50 m E e (Y) 7573192.77 m S

#### 6. Análise técnica:

Considerando que a intervenção ambiental é eventual ou baixo impacto ambiental, que não havia melhor alternativa locacional para a instalação e manutenção da infraestrutura, que a área já foi objeto de autuação e busca-se a regularização da intervenção e que é essencial para a manutenção da agricultura familiar da propriedade o barramento para captação de água para irrigação, não vejo óbice em deferir o requerimento de autorização para a intervenção ambiental proposta.

#### 7. Conclusão:

Por fim, a equipe técnica sugere o DEFERIMENTO solicitação de intervenção ambiental 0,07 ha de preservação permanente, para regularização e manutenção de talude de barramento, na propriedade Congonhal, do Sr. Jesus Vitorino, no ponto de coordenada UTM ( Datum SAD69; Fuso 23K; Meridiano 45°) :

Ponto 01: (X) 414530.92 m E e (Y) 7573155.56 m S

#### 8. Condicionantes:

- Realizar a recuperação de uma área equivalente a 700 m<sup>2</sup> ou 0,07 ha em Área de Preservação Permanente no entorno de uma nascente, no interior da propriedade, com o plantio de 78 mudas nativas características da região, em espaçamento 3 x 3 metros nas coordenadas geográficas UTM (Datum SIRGAS 2000; Fuso 23K; Meridiano 45°): (X) 414550.50 m E e (Y) 7573192.77 m S;
- Obter a regularização dos usos dos recursos hídricos através da obtenção de outorga.

BRUNO SOARES FURLAN - MASP:

## 14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 2 de maio de 2019

## 15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

## Relatório

Foi requerida por JESUS VITORINO, inscrita no CNPJ sob o nº 537.294.476-53, a intervenção em área de preservação permanente – APP sem supressão de vegetação, para regularização de intervenção em um barramento localizado na propriedade denominada “Congonhal ou Santa Luzia”, localizada no Município de Turvolândia/MG, inscrita do CRI da Comarca de Silvianópolis sob o nº 10.790.

A propriedade foi objeto de cadastro no SICAR (fls. 60/61).

Foi possível verificar o recolhimento da Taxa de análise e vistoria. (fls. 4).

O Parecer Técnico informa que o empreendimento está dispensado de licenciamento ambiental (fls. 65).

É o relatório, passo à análise.

## Análise

Trata-se de pedido de regularização de intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Área de Preservação Permanente – APP, realizada sem autorização do órgão ambiental competente, visando a regularização de intervenção de reforma de talude de um barramento, construído para a finalidade de acumulação de água, para fins de irrigação de lavoura de milho e dessedentação de animais, onde a Lei Estadual nº 20.922/13 em seu art. 3º, II, g, permite sua realização, por considerar atividade de interesse social, como podemos constatar a seguir:

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

II - de interesse social:

a)...

...

g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água;

...

Outrossim, a Lei Estadual permite a intervenção em área de preservação permanente para as atividades consideradas de interesse social, vejamos:

Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.

Por consequência da intervenção em APP realizada, ocorreu supressão de vegetação nativa rasteira e arbórea de pequeno porte, porém não foi informado no processo a ocorrência de rendimento lenhoso, sendo que em consulta ao sistema CAP foi verificada a existência do Auto de Infração nº 180013/2013 com a informação de que houve supressão de vegetação nativa rasteira. O Auto de Infração foi quitado.

Ainda quanto à intervenção em APP, a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/13, a qual dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais, em seu art. 4º, define que os requerimentos para intervenção ambiental não integrados a procedimento de licenciamento ambiental serão autorizados por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA.

A Resolução Conjunta retrocitada preceitua, também, em seu art. 1º, I, b, que intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em APP é espécie de intervenção ambiental a ser autorizada por meio de DAIA.

O requerente foi autuado pelas intervenções realizadas sem autorização ambiental.

Enfim, o Parecer Técnico verificou a inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, atestou que a propriedade não está localizada em área de Reserva da Biosfera e aprovou as medidas compensatórias, bem como os estudos apresentados.

Ainda, pelo fato de requerente suprimir a vegetação nativa em sua propriedade sem autorização, foi lavrado Auto de Infração com embargo da área. Temos que a aquisição do DAIA ora requerido, com a assunção, pelo requerente, do compromisso de cumprir das medidas compensatórias impostas pelo Analista Ambiental vistoriante no Parecer Técnico, faz cessar o embargo da área, de conformidade com o art. 106, §2º do Decreto Estadual nº 47.383/2018, conforme podemos constatar a seguir:

Art. 106 – A penalidade de embargo parcial ou total de obra ou atividade será aplicada quando o infrator estiver exercendo atividade em desconformidade com o ato de regularização ambiental concedido ou quando o infrator estiver exercendo atividade devidamente regularizada causando poluição ou degradação ambiental.

§ 1º – O embargo de obra ou atividade será determinado e efetivado de imediato.

§ 2º – O embargo de obra ou atividade prevalecerá até que o infrator comprove, no processo administrativo de auto de infração, a adoção das medidas específicas para cessar ou corrigir a poluição ou degradação ambiental.

...

## Conclusão

Face ao acima exposto, verifico que o pedido é juridicamente possível, não encontrando óbice à autorização.

A competência para a autorização é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.344/18.

As medidas compensatórias aprovadas no Parecer Técnico deverão constar no DAIA.

Deverá ser regularizada a utilização dos recursos hídricos junto ao IGAM.

Conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 1.905/2013 o prazo de validade do DAIA deverá ser de 2 (dois) anos.

Varginha, 30 de agosto de 2019.

<b>16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)</b>
--

RONALDO CARVALHO DE FIGUEIREDO - 77440

<b>17. DATA DO PARECER</b>
----------------------------

quinta-feira, 5 de setembro de 2019